



MR 041. As múltiplas relações entre saúde, espaço e poder: de violências históricas a biologies situadas

Coordenador(es):

Cristina Dias da Silva (UFJF)

Participantes:

Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)

Sílvia Maria Ferreira Guimarães (UnB)

Cristina Dias da Silva (UFJF)

Debatedor/a:

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)

Este grupo de trabalho tem como foco os contextos atuais de produção de etnografias nas quais as categorias de saúde, espaço e poder se encontram sobrepostas e relacionadas de múltiplas formas. Pretende-se discutir a etnografia como um problema epistemológico e político, referindo-se mais especificamente à produção de imagens e textos sobre o outro e suas consequências para o tipo de antropologia que estamos a produzir. Assim, num plano específico, o grupo de trabalho é uma proposta de debate inspirado em pesquisas que dialogam com violências históricas, como as tematizadas por Veena Das, defensora de uma antropologia social capaz de problematizar o lugar do outro em nossos estudos e por Margaret Lock, através do seu conceito de biologies situadas, por meio do qual as violências historicamente produzidas aparecem como relatos de uma biologia situada, ou seja, uma corporalidade que sintetiza experiências históricas de longo prazo. Serão bem-vindos trabalhos inspirados nessas autoras, bem como aqueles que através de suas etnografias abordam a relação entre saúde, espaço e poder.

Guerra de mapas, guerra de narrativas: poder e produção de dados sobre o Covid-19 no campo da saúde indígena.

Autoria: Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)

Nesse work analisaremos o Estado e a forte produção de significados conferidos as políticas da vida e da morte, problematizando-as a partir dos conceitos de biopoder, biopolítica e necropolítica no contexto da pandemia do Covid-19. A partir desse eixo discutiremos como, em situação de pandemia, são acionadas e confrontadas diversas narrativas colocando em evidência a dimensão política de produção dos dados pelo Estado, pela sociedade civil e mais diretamente pelos povos indígenas e suas organizações sociais nas produções de narrativas e estratégias de sobrevivência. Etnograficamente trataremos dos indígenas do Nordeste e de forma mais específica dos indígenas do Rio Grande do Norte que durante anos tiveram suas identidades étnicas questionadas e que no atual contexto de pandemia são acirradas as negligências no campo das políticas públicas de saúde e de atenção diferenciada.

Sufrimento, morte e resistência em tempos de covid, o que nos dizem as mães Sanõma/Yanomami sobre a pandemia

Autoria: Sílvia Maria Ferreira Guimarães (UnB)

No Brasil, a pandemia da covid escancara o racismo estruturante que move os serviços de saúde,



especialmente com mulheres indígenas. No início da pandemia no estado de RR, no mês de maio, três bebês Sanõma/Yanomami faleceram. No mês anterior, em abril, outro bebê morreria e não fora entregue a sua mãe. Quatro corpinhos desapareceram e a liderança Sanõma teve que seguir um itinerário entre hospitais, CASAI e DSEI para saber sobre o ocorrido. Somou-se à violência dos corpos retidos pelo serviço, o não compartilhamento de decisões, de conhecimento e de cuidado com suas mães. O racismo que marca a existência dessas mulheres dizia que elas não eram dignas de diálogo, de respeito e cuidado por parte do Estado brasileiro. Este work pretende discutir esse caso, a violência sobre mulheres indígenas e a importância de redes de apoio em tempos de práticas genocidas agudizadas pela pandemia.

Uma crise

Autoria: Cristina Dias da Silva (UFJF)

A política de saúde indígena brasileira experimenta diversos gargalos e problemas estruturais em sua gestão cotidiana, ainda que sob os auspícios da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e suas premissas da atenção diferenciada. Para discutir a atual situação de pandemia vis-à-vis o contexto histórico enfrentado pelos povos indígenas em relação à assistência em saúde, elegi dois eixos principais nesta apresentação: 1) a articulação de saberes como estratégia ambígua para uma política de afirmação de direitos, 2) a crise “permanente” na saúde indígena como símbolo de uma gestão das precariedades que historicamente estruturam o campo de relações interétnicas, e no qual a pandemia de Covid-19 não é exceção à regra.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: